



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

EXPLORANDO AS DISCUSSÕES ENTRE O CONCEITO DE REGIÃO E A GEOGRAFIA: AS IMPLICAÇÕES CONCEITUAIS DO PENSAMENTO CLÁSSICO AO PÓS MODERNO

Exploring the discussions between the concept of region and geography: conceptual implications from classical to post-modern thought

Exploración de los debates entre el concepto de región y el de geografía: las implicaciones conceptuales desde el pensamiento clásico hasta el posmoderno

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1052>

Leonardo José da Silva Costa¹

Raimundo Jucier Sousa de Assis²

Histórico do Artigo:

Recebido em 24 de setembro de 2024

Aceito em 01 de março de 2025

Publicado em 20 de março de 2025

RESUMO

Este trabalho investiga a epistemologia do conceito de região na geografia, examinando seu desenvolvimento ao longo das fases do pensamento geográfico e sua consolidação como conceito-chave. Abordando também a relevância da região na era pós-moderna, levantando a problemática de entender como a região contribuiu na evolução da ciência geográfica, buscando dialogar como a análise regional possibilitou à região compreender as dinâmicas evidenciadas no espaço. Respectivamente, o objetivo geral complementa essa percepção ao compreender como se dá a importância do conceito de região, sob as diferentes abordagens e definições conceituais no decorrer das fases do pensamento geográfico. A metodologia utilizada foi de natureza básica, descritiva e qualitativa, com foco na pesquisa bibliográfica, destacando as múltiplas abordagens da região ao longo da história. Assim, a principal discussão decorre da evidenciação das múltiplas abordagens aderidas para a região, apresentadas no decorrer do pensamento geográfico de forma dinâmica acompanhando as transformações em cada tempo histórico, constatando ainda a relevância de relacionar os aspectos teóricos a sua aplicação prática na atualidade. De modo que, constata-se que a região, embora por momentos não sendo protagonista dos estudos geográficos, colaborou significativamente no seu processo evolutivo, pois se renova a cada época, aprofundando ainda mais a análise geográfica.

Palavras-Chave: História da Geografia. Epistemologia da Geografia. Conceito de Região.

¹ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Email: leonardojc.06@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7024-7867>

² Professor do Curso de Graduação em Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e Geografia da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Email: raimundojucier@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0001-6573-7175>

ABSTRACT

This paper investigates the epistemology of the concept of region in geography, examining its development throughout the phases of geographical thought and its consolidation as a key concept. It also addresses the relevance of the region in the post-modern era, raising the problem of understanding how the region has contributed to the evolution of geographical science, seeking to discuss how regional analysis has enabled the region to understand the dynamics evidenced in space. Respectively, the general objective complements this perception by understanding the importance of the concept of region, under the different approaches and conceptual definitions throughout the phases of geographical thought. The methodology used was of a basic, descriptive and qualitative nature, focusing on bibliographical research, highlighting the multiple approaches to the region throughout history. Thus, the main discussion stems from the evidence of the multiple approaches to the region, presented in the course of geographical thought in a dynamic way, following the transformations in each historical period, also noting the relevance of relating theoretical aspects to their practical application today. As a result, it can be seen that although the region has not been the protagonist of geographical studies for some time, it has contributed significantly to its evolutionary process, as it is renewed at every turn, further deepening geographical analysis.

Keywords: History of Geography. Epistemology of Geography. Concept of Region.

RESUMEN

Este trabajo investiga la epistemología del concepto de región en geografía, examinando su desarrollo a lo largo de las fases del pensamiento geográfico y su consolidación como concepto clave. También aborda la relevancia de la región en la era posmoderna, planteando el problema de entender cómo la región ha contribuido a la evolución de la ciencia geográfica, buscando dialogar sobre cómo el análisis regional ha permitido comprender las dinámicas evidenciadas en el espacio. Respectivamente, el objetivo general complementa esta percepción al comprender la importancia del concepto de región, bajo los diferentes abordajes y definiciones conceptuales a lo largo de las fases del pensamiento geográfico. La metodología utilizada fue de naturaleza básica, descriptiva y cualitativa, centrada en la investigación bibliográfica, destacando las múltiples aproximaciones a la región a lo largo de la historia. Así, la discusión principal parte de destacar las múltiples aproximaciones a la región, presentadas en el transcurso del pensamiento geográfico de forma dinámica, siguiendo las transformaciones en cada período histórico, señalando también la relevancia de relacionar los aspectos teóricos con su aplicación práctica en la actualidad. Como resultado, se observa que, aunque la región no haya sido protagonista de los estudios geográficos durante algún tiempo, ha colaborado significativamente en su proceso evolutivo, ya que se renueva con cada época, profundizando aún más el análisis geográfico.

Palabras-Clave: Historia de la Geografía. Epistemología de la Geografía. Concepto de Región.

INTRODUÇÃO

A Geografia enquanto ciência humana que tem no seu principal objeto de estudo a compreensão da relação entre sociedade e natureza então formulada através do conceito de espaço geográfico, preocupa-se no decorrer de todo o seu processo de sistematização científica, iniciado ainda no século XIX, a desenvolver caminhos e métodos para compreender as dinâmicas decorrentes desta relação, e entender este espaço como uma totalidade que une os diferentes aspectos físicos, sociais e culturais. Desta forma, ao tratar a respeito desta enquanto ciência, evidenciam-se com maior fluidez o estabelecimento de cinco categorias de análise que balizam a abordagem teórica e metodológica da Geografia, tidos estes como conceitos-chave, dos quais fornecem ao debate geográfico uma base

epistemológica mais aprofundada a qual se construiu no decorrer das distintas fases do pensamento geográfico moderno.

Trabalhando assim tais conceitos-chave como: Espaço, Região, Território, Paisagem e Lugar, se têm o estabelecimento dos meios pelos quais a ciência geográfica desde a sua sistematização como ciência e respectiva institucionalização como disciplina acadêmica, tem concentrado suas discussões e principais trabalhos desde os últimos dois séculos, onde tais conceitos são formulados e desenvolvidos desde a concretização da Geografia clássica, perpassando pelas fases: crítica marxista e nova geografia até a abordagem humanista. Todavia, as discussões formuladas neste trabalho estarão direcionadas especificamente a um conceito-chave específico, no caso a região, que por momentos tornou-se o elemento central dos estudos na Geografia, mas que no decorrer desse processo sistemático acabou sendo relegada a uma abordagem preterida.

Dessarte, a respeito do conceito de região e de como este emerge neste percurso epistemológico dos estudos geográficos, é sabido que, tal discussão que fomentou o nascimento da Geografia Regional surge ainda no cenário do continente europeu, onde a Geografia ainda consolidava os seus primeiros passos a se tornar de fato uma ciência, e desde então por momentos no decorrer do pensamento geográfico a exemplo da Geografia Clássica o conceito emerge partindo de uma centralidade e outrora como na Geografia Crítica Marxista ou na Nova Geografia este é tratado pelos teóricos como uma complementação da abordagem dos demais conceitos. Entretanto, como um conceito-chave da Geografia, a região se torna necessariamente um tema caro aos geógrafos, visto as inúmeras perspectivas que decorrem deste, e que lhe proporcionam uma abordagem ainda mais ampla desta, que lhe relegou um certo detrimento em função dos demais conceitos.

Para o professor Roberto Lobato Corrêa, em sua obra “Região e Organização Espacial” (2003, p.12), ao buscar uma compreensão quanto a este conceito, argumenta em suas discussões que: “[...] O termo região não apenas faz parte do linguajar do homem comum, como também é dos mais tradicionais em geografia”. E ainda complementa afirmando que: “Tanto num como noutro caso, o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si” (CORRÊA, 2003, p.12). Assim, necessariamente, tratar de região é primordial ao se apresentar o contexto da atualidade global, mediante os múltiplos processos e fenômenos socioespaciais que decorrem no espaço geográfico.

Posto tais considerações, a abordagem propiciada pela Geografia Regional, mediante a exploração do conceito de região pela ciência geográfica, permite ao geógrafo e demais interessados na pesquisa regional, constituir uma certa compreensão quanto as diferentes características que definem a

superfície terrestre bem como analisar como se dispersam e se estruturam as diferentes espacialidades e fenômenos socioespaciais. Consequentemente, o estudo do conceito de região como parte complementar da análise geográfica torna-se pertinente diante das realidades contemporâneas, moldadas pela dinâmica capitalista. Assim, é igualmente fundamental, no cenário global atual, promover estudos e pesquisas que enfoquem essa temática, tendo em vista que a região transcende a discussão teórica e se encaminha a um tratamento, o qual é dirigido a sua abordagem prática através dos recortes espaciais nos territórios dos estados.

O conceito de região entendido enquanto um processo de divisão e classificação do espaço baseado em critérios específicos, materializa-se por meio do ato de regionalizar. Tal delimitação pode ocorrer partindo de características naturais (região natural), ou de forma intelectual, mediante os critérios do pesquisador (região geográfica). Esse debate, que se consolida no pensamento geográfico desde o século XIX, suscita a seguinte problemática: como o conceito de região foi historicamente constituído e de que maneira as práticas de regionalização, articuladas a esse conceito, possibilitaram a análise das múltiplas dinâmicas presentes no espaço geográfico? Por conseguinte, o objeto central do trabalho tem em vista compreender como se dá a importância do conceito de região, sob as diferentes abordagens e definições conceituais, no decorrer das fases do pensamento geográfico.

Conforme visto no decorrer das abordagens geográficas o conceito de região é tido como uma das principais contribuições da ciência geográfica, que em suas concepções permite análises sob diferentes realidades, de variados espaços que compõe o espaço global, enfatizando a compreensão de aspectos, sociais, culturais, econômicos, políticos, etc. Cabendo ainda ressaltar que, ao consolidar as perspectivas que emergem deste trabalho, e considerando as múltiplas abordagens já existentes acerca do conceito de região na própria Geografia, a discussão em questão se torna pertinente ao propor avanços no momento em que, mesmo constituída por meio do estudo da arte, se explora a relação entre a abordagem regional, por meio da região, perante as políticas territoriais contemporâneas, conectando tanto os aspectos teóricos geográficos com as dinâmicas espaciais atuais.

Com isso, ao abordar a relevância conceitual da região, e suas influências e operacionalizações no contexto das regionalizações nos Estados modernos, este trabalho se estrutura em três perspectivas fundamentais, as quais além de justificar suas abordagens, conferem consistência no tratamento teórico e metodológico à investigação proposta. São elas: a primeira social, ao considerar que os estudos balizados pelo conceito de região possibilitam para a sociedade uma real observação das dinâmicas territoriais e socioeconômicas, na organização do espaço e nas interações entre as diferentes escalas geográficas.

A segunda perspectiva que justifica tal discussão, concentra-se em sua contribuição para o meio acadêmico, pois ao se tratar da geografia como uma disciplina presente neste meio, os estudos sobre o conceito de região necessitam estar em evidência por possibilitarem aos estudantes, professores e pesquisadores a assimilação quanto as possibilidades que decorrem de sua abordagem. E a terceira parte de uma justificativa de âmbito de gestão, tratando-se principalmente de que a região também se caracteriza por sua aplicação prática (regionalizações), ao considerar suas contribuições para o planejamento regional, o desenvolvimento, o ordenamento dos territórios e a elaboração e respectiva aplicação de políticas públicas em contextos necessários.

A então estrutura deste trabalho inicia com uma discussão que envolve um debate sobre a definição do objeto de estudo da Geografia, no qual são estabelecidos os conceitos-chave da disciplina a fim de proporcionar uma compreensão de uma certa totalidade espacial, assim, o conceito de região é tratado como um destes, onde a análise regional torna-se o meio para a compreensão de como se estruturam e se caracterizam os espaços da superfície terrestre. Adiante, apresenta-se uma abordagem epistêmica acerca do conceito de região especificamente por meio de seu tratamento na Geografia, sendo esta necessária para a compreensão do seu surgimento e respectiva colaboração a partir das diferentes concepções nas fases do pensamento geográfico que vão desde a Geografia Clássica até a Geografia Humanista.

E por fim, o trabalho também se preocupa em debater a região perante os novos enfoques que delimitam as políticas territoriais na contemporaneidade, onde o conceito de região é discutido tanto como elemento da realidade (fato) e também como instrumento de ação (ferramenta) perante os respectivos processos e estabelecimento de regionalizações, tendo assim uma perspectiva de entender como se dá o estudo das regiões atualmente, mediante a sua importância no contexto dos estados.

METODOLOGIA

Considerando os respectivos processos metodológicos, este trabalho consiste em sua metodologia a partir de uma pesquisa de natureza básica, com o caráter definido por meio da pesquisa descritiva. Definida por Prodanov e Freitas (2013), como um método no qual são narrados pelo pesquisador fatos, fenômenos e processos, sem que haja uma interferência nestes, assim, a pesquisa descritiva destaca-se por registrar, analisar e ordenar dados, sem necessariamente os manipular.

Quanto à abordagem presente na metodologia do trabalho, esta partiu da utilização da pesquisa de cunho qualitativo, definida por Pope e Mays, (2005, p.13), como uma abordagem que:

[...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.) em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

A aplicação de técnicas de pesquisa também é primordial para a obtenção e conclusão de dados que possam atender aos objetivos formulados a princípio, de modo que considerando a características teórico metodológicas deste trabalho, a aplicação de técnicas concentrou-se exclusivamente a ser realizada através da aplicação da pesquisa bibliográfica, realizada por meio de material já elaborado, como artigos, livros, capítulos de livro e dissertações, que abordam principalmente a temática sobre o conceito de região perante a sua discussão na Geografia nas respectivas fases do pensamento geográfico.

Assim, a utilização das fontes de pesquisa se deteve em relacionar teóricos clássicos que detêm importantes contribuições ao pensamento geográfico, como também a integrar a discussão obras de autores mais recentes que abordam em seus trabalhos um certo resgate ao pensamento geográfico clássico, dentre estes podemos citar obras de importantes geógrafos como: Antonio Carlos Robert Moraes, Roberto Lobato Corrêa, Sandra Lencioni, Paulo Cesar da Costa Gomes, Rogério Haesbaert e outros, principalmente a considerar a escala de estudos nacional e a escola brasileira de Geografia, conforme a dinâmica presente no quadro 1.

Quadro 1: Dinâmica metodológica das fontes bibliográficas utilizadas no contexto da pesquisa.

Composição de estado da arte	Levantamento bibliográfico dos principais estudos relacionados com o tema, nos principais bancos de dados (Google acadêmico, Portal de Periódicos da Capes) e livros impressos.
Delimitação do recorte conceitual do estudo	Etapa referente a seleção das fontes específicas para composição do trabalho, baseando-se nas discussões construídas em cada um.
Definição das discussões a serem utilizadas no estudo	Seleção final das fontes que atenderam as ideias e abordagens pretendidas com este trabalho, destaque para as principais contribuições presentes na literatura;

Fonte: Autores, (2024).

Desta forma, a respeito da relevância deste modo de pesquisa, os autores Sousa; Oliveira e Alves (2021, p.66), apontam que a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como: “[...] o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico”. E ainda completam esta compreensão ao tratarem que esta técnica em questão: “[...] necessita uma dedicação, estudo e

análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico”.

A SISTEMATIZAÇÃO DOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS E OS CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO-CHAVE

Abordar um conceito por meio de uma visão que pertence a uma ciência, a exemplo do tratamento da região pela Geografia, é um trabalho que necessariamente remete a cuidados, principalmente teóricos, conforme cita Paviani (1992, p.372), é o mesmo que: “[...] caminhar em um terreno cheio de labirintos e de armadilhas epistemológicas”. Visto que tais precauções partem do entendimento de que a própria região é utilizada por outras ciências, além de sua própria terminologia aderida no âmbito do senso comum, tendo, portanto, uma abordagem que remete a evidenciação de uma polissemia, sendo essa a marca da trajetória do conceito de região conforme aponta (Haesbaert, 1999). A qual implica em diferentes formas de se a compreender. Todavia, é no processo de sistematização do pensamento geográfico que o conceito de região detém de um maior destaque, justamente por ser considerado um conceito-chave e se tratar de um dos principais objetos de estudo da Geografia. Tal centralidade permite que a região seja abordada de maneira científica, distanciando-se de interpretações genéricas e do próprio senso comum. Ao ser analisada sob a ótica da ciência geográfica, a região adquire uma definição mais precisa e rigorosa, fundamentada em critérios teóricos e metodológicos que refletem a complexidade e a dinâmica do espaço geográfico.

Inicialmente antes de abordar o processo evolutivo que vai compreender o processo epistemológico do conceito de região, com as respectivas fases do pensamento na ciência geográfica, das quais fornecem uma fundamentação e base teórica conceitual entre a região e a Geografia, é necessário compreender o que é um conceito, ou melhor, um conceito-chave, para que assim, de fato possa-se interpretar em qual contexto a região se torna um destes. Mougeot (2000), considera que os conceitos fazem parte de um processo, que por vezes é construído e reconstruído intelectualmente, sendo estes direcionados principalmente para a compreensão humana das dinâmicas, experiências e fenômenos, sejam eles culturais, sociais, históricos, etc., que buscam justamente responder às questões do presente. Lencioni (2008), corrobora com este entendimento ao afirmar que os conceitos são tidos por meio de um exercício intelectual, ocorrido principalmente no âmbito da pesquisa, a respeito dos fenômenos e fatos apontados no real, e estes são anteriores à sua definição.

Ao especificar as discussões sobre o conceitos, é fundamental reconhecer que, a ciência geográfica, ao longo de sua trajetória, consolidou a região como um de seus conceitos centrais, Roberto

Lobato Corrêa em “Espaço um conceito-chave da Geografia” (1995), propõe a definição de cinco conceitos, que por sua vez estes irão definir o real objeto de estudo da ciência geográfica, a princípio definidos por ele como “conceitos-chave”, estes são elaborados como uma totalidade, integrando em si diferentes tipos de abordagens que permeiam toda a atuação da Geografia Moderna, que se preocupa no entendimento da relação entre o homem e o meio.

Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (CORRÊA, 1995, p.16).

Ao definir a região como conceito-chave da Geografia, Roberto Lobato Corrêa, se utiliza da compreensão quanto a presença do método regional³, consideravelmente utilizado nos primórdios do processo de sistematização da ciência geográfica, ocorrido no início do século XIX, no que para ele ficaria marcado como a primeira fase do pensamento geográfico sistematizado, conhecida como a Geografia Tradicional, caracterizada esta por referir-se ao estudos geográfico que detinham de uma abordagem mais empírica, onde os conceitos de região e paisagem constituíram-se dos principais objetos de estudo de uma Geografia que em maior parte se preocupava e concentrava seus esforços por meio de estudos majoritariamente descritivos quanto aos elementos naturais da paisagem, assim, este método regional, que posteriormente consolidaria a região como um conceito geográfico, proporcionou no decorrer de uma ciência sistemática como a Geografia diferentes abordagens quanto as homogeneidades e as heterogeneidades da superfície terrestre.

Todavia, para se trabalhar com os conceitos-chave da Geografia, como a própria região, é também necessário constituir um resgate principalmente epistemológico acerca da história da Geografia, no qual compreender o seu processo de sistematização⁴ é um exercício essencial para a assimilação de como a região foi sendo aprimorada e utilizada na compreensão e na construção da análise geográfica. Sobre a sistematização da Geografia Moderna, Antonio Carlos Robert Moraes (1989; 2007), defende que

³ O método regional, ou seja, o ponto de vista da geografia de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais é a particularidade que identifica e diferencia a geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os fenômenos, a geologia, a climatologia, a botânica, a demografia, a economia, a sociologia, etc., mas só a Geografia segundo Hartshorne, tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à geografia (GOMES, 2000, p.59).

⁴ “Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu a institucionalização do conhecimento geográfico, a partir da criação de cátedras de Geografia na Alemanha e na França. Estas duas escolas desenvolviam conhecimentos fundamentais para a sociedade burguesa e industrial desses dois países, como o conhecimento de novas terras e a aquisição de matéria-prima para a indústria que estava em expansão. Portanto, tornava-se cada vez mais necessário haver uma ciência que possibilitasse conhecer, cartografar e conquistar outros territórios, assim como constituir e afirmar um sentimento de nacionalidade. Dessa forma, deu-se à Geografia um caráter de ciência central naquele momento” (BARBOSA; PACÍFICO, 2017, p.32).

este processo se dá ainda no contexto histórico temporal da primeira metade do século XIX, mediante a forte influência de pioneiros no pensamento geográfico, a exemplo de Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, destes quais elaboraram diversos estudos e teorias a fim de criar métodos para se analisar e compreender as múltiplas especificidades da terra.

Assim, em sua compreensão: “[...] Humboldt e Ritter são, sem dúvida, os pensadores que dão impulso a inicial sistematização geográfica, são eles que fornecem os primeiros delineamentos claros do domínio dessa disciplina em sua acepção moderna” E ainda complementa ao apontar que estes teóricos elaboraram na Geografia: “[...] as primeiras tentativas de lhe definir o objeto, que realizaram as primeiras padronizações conceituais, e constituíram o objeto do presente estudo” (MORAES, 2007, p.15). Tal objeto que posteriormente se organizou mediante o estabelecimento dos tidos como conceitos-chave dessa disciplina.

A *posteriori* dos estudos de Humboldt e Ritter, outros dois teóricos e igualmente percursores da Geografia Moderna, tiveram bem como um papel considerável na respectiva formulação do objeto de estudo desta ciência, Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache, correspondendo as escolas alemã e francesa no início da constituição da Geografia como ciência, formalizaram suas teorias no que ficou convencionado de Geografia Clássica ou tradicional. Que, para Oliveira Júnior (2020, p.179): “[...] era calçada na ideologia positivista e [se] caracterizava como uma ciência descritiva do meio natural, ou seja, a preocupação era relatar as características do espaço físico terrestre”. Corrêa (1995), a respeito desta primeira fase do pensamento geográfico sistemático discorre que a Geografia tradicional (1870-1950) vai ter como conceitos privilegiados a noção de região e de paisagem, estabelecendo estes como a chave do pensamento constituído a época, apontando assim o referente objeto de estudo da ciência geográfica concentrando-se na análise descritiva dos elementos que compõe a paisagem.

E é assim, que a discussão referente ao principal conceito discutido neste trabalho emerge, a região por sua vez, como parte dos estudos e pesquisas desenvolvidos no contexto histórico e teórico da Geografia Tradicional, tem fortes contribuições justamente por meio da obra do geógrafo citado anteriormente “Paul Vidal de La Blache” a partir do ponto em que se consideram os aspectos que remontam à presença do conceito de região nos estudos geográficos, assim é inerente discutir a obra La Blache, geógrafo francês, o qual direcionou seus estudos a partir da compreensão da relação do homem para o seu ambiente vivido. Conforme cita Lencioni (1999, p.189): “[...] Foi com Paul Vidal de La Blache (1845-1918), um pensador do possível, ou seja, das inúmeras possibilidades que o homem tem diante da vida, que a geografia regional alcançou grande desenvolvimento”.

A teoria de Vidal concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou gênero de vida, o qual exprimiria uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (MORAES, 1981, p.68-69).

Partindo deste entendimento, das contribuições de La Blache para a Geografia, concentrar-se-ão na apropriação do conceito de região, Antonio Carlos Robert Moraes, em sua obra “Geografia Pequena História Crítica” (2007, p.81), argumenta ainda que: “[...] Vidal de La Blache definiu o objeto da Geografia como a relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem, colocou o homem como um ser ativo, que sofre influência do meio, porém atua sobre este”:

Vidal de La Blache planejou uma obra coletiva, a Geografia Universal, executada por seus discípulos, aproximando-os. Cada um escreveu sobre uma determinada porção do planeta. Neste trabalho, explicitaram um conceito vislumbrado por La Blache, que seria tomado como o balizamento central da Geografia francesa posterior – a “região” “[...] Esta era a denominação dada a uma unidade de análise geográfica, que exprimiria a própria forma de os homens organizarem o espaço terrestre” (MORAES, 1990, p.75).

Portanto, desde a sua sistematização e institucionalização como disciplina acadêmica, a Geografia utiliza-se do conceito de Região, em um trabalho que permite a compreensão do espaço a partir de um processo de classificação de áreas, caracterização e delimitação. Assim, utilizando-se das percepções de Paul Vidal de La Blache caberia ao geógrafo realizar, no espaço geográfico, a delimitação, a descrição e a explicação dos limites regionais (MORAES, 2007). Desta forma, ao compreender as suas respectivas bases na ciência geográfica, base na ciência geográfica, é importante estabelecer um real entendimento de como o conceito de região se desenvolveu e se aprimorou nas etapas que remetem a uma sistematização da Geografia, como também é relevante discutir a que ponto a região foi sendo aprimorada desde o seu surgimento para a atualidade.

No entanto, ao debater um conceito como o de região, torna-se imprescindível recorrer à literatura geográfica para analisar as múltiplas delimitações e definições que lhe são atribuídas, evidenciando a complexidade e a pluralidade de abordagens que o permeiam. Para realizar este exercício intelectual é necessário delimitar nas respectivas correntes do pensamento geográfico onde a região surge, onde ganha notoriedade e onde e sob quais influências este conceito perpassa a ser tida como um complemento de outros conceitos no âmbito da Geografia moderna. Desse modo, a seção seguinte preocupa-se em discutir especificamente sobre o conceito de região, realizando

necessariamente uma abordagem epistemológica acerca de suas definições e abordagens que vão da antiguidade à era moderna após a estruturalização da Geografia como ciência.

O CONCEITO DE REGIÃO PERANTE A CIÊNCIA GEOGRÁFICA: DA TEORIA CLÁSSICA A HUMANISTA, UM PERCORRER EPISTÊMICO

Necessariamente, ao discutir sobre o conceito de região, é preciso a princípio conceber qual é realmente a sua definição, ou seja, como é possível conceber tal conceito a partir do pensamento geográfico? Em termos mais diretos, o que é a região? Abordando essa perspectiva, de propor uma definição à região, é imprescindível compreender que este é um conceito que está em constante aprimoração, pois não é possível enxergá-la como algo estático, parado no tempo e espaço, mas sim, uma ferramenta diretamente ligada as transformações e dinâmicas do espaço geográfico, bem como os demais conceitos-chave da Geografia.

Essa evidenciação é bem clara, pois novamente ao discutir sobre a continuidade dos conceitos Lencioni (2008, p.111), argumenta que estes se modificam e se renovam progressivamente, assim para a autora: “[...] o conceito tem movimento e por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique”. Apontadas tais considerações, esse movimento é também percebido na abordagem da região, principalmente a se notar que esta ganha maior protagonismo em uma determinada época na sistematização do pensamento geográfico, de modo que, com as necessidades e rompimentos com certas teorias esta acaba sendo relegada a uma complementação de uma totalidade.

Deixando tais discussões à frente, compreender o que é a região é também uma atividade essencial a discussão pretendida com este trabalho, assim, conforme esta percepção, Suertegaray (2005, p.55), ao abordar o conceito de região, afirma que na: “[...] sua etimologia, a palavra “região” indica extensão e poder sobre uma área, sendo compreendida ao longo da história sobre diferentes enfoques: “[...] como subdivisão de espaços, como espaços administrativos⁵ limitados e hierarquizados”. Essa visão da região enquanto divisão espacial também é reiterada por Gomes (1995, p.54), ao apontar que: “[...] É possível perceber que o emprego da noção de região está bem próximo de sua etimologia, ou seja, área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem”.

⁵ A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados. Desde o fim da idade média as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão presentes nos desenhos dos mapas (GOMES, 1995, p.53).

Sauer e Pinto (2016), ainda esclarecem que este conceito, pode ser concebido como uma respectiva fragmentação espacial, que geralmente é estabelecida frente das determinadas circunstâncias e critérios específicos, dos quais estes geralmente podem ser referidos aos aspectos e características fisiográficas como o clima e o relevo, ou aos aspectos socioeconômicos e culturais de um determinado espaço. E é justamente dessa maneira, entendendo a região como uma forma de delimitar e recortar o espaço geográfico para determinados fins ou funcionalidades, que se apresenta a necessidade de se fazer um resgate histórico, partindo especificamente de uma visão geográfica do conceito. Deste modo, apresentar o surgimento conceitual e sua utilização-no contexto histórico global é imprescindível para a formulação das compreensões quanto ao seu direcionamento para a Geografia.

Assim, sobre o surgimento da região, alguns autores abordam este fato majoritariamente acontecendo na antiguidade, onde se formaram as primeiras formas de pensar e organizar territórios mediante algum fim específico. Considerando tais afirmações Gomes (1995, p.50), afirma que:

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra, etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma.

Ao apontar o surgimento dos primeiros indicativos a utilização do termo “região” ao final da idade média, o professor Paulo Cesar Costa Gomes, em sua obra “O conceito de região e sua discussão” (1995), trabalha com as *regiones* de Roma, que demarcavam os espaços e lhes proporcionava uma organização hierárquica. Todavia, o processo histórico de recortes espaciais é tratado pela professora Sandra Lencioni em “Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico” de (1999), como um processo ainda mais antigo, ao império romano, como ela mesma sugere:

A palavra região está presente no conhecimento elaborado desde a antiguidade, caracterizado por inventários e pela intimidade entre o sagrado e, o mítico e o real. Essa palavra aparece com destaque nos estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra, que foi denominado, pelos gregos, de estudo corográfico. Aos gregos podemos creditar a primeira regionalização concebida com algum método (LENCIONI, 1999, p.187).

Carvalho (2002), ao também discutir a epistemologia conceitual da região, destaca as contribuições do filósofo Immanuel Kant, reconhecido este como precursor da geografia como disciplina acadêmica. Embora a sistematização completa da geografia tenha ocorrido posteriormente, Kant foi responsável por lançar as bases para o estudo do espaço, enfatizando a relação entre o espaço físico e suas divisões regionais. Dessa forma, Kant contribuiu para o surgimento do conceito de região,

inicialmente concebida como uma fragmentação espacial em diferentes áreas, especificamente advinda da própria geologia (GOMES, 1995).

Considerando desta forma os respectivos avanços e os aspectos que direcionam a compreensão do conceito de região, ressalta-se a relevância daquela que ficaria conhecida como a primeira fase sistematizada do pensamento geográfico a corrente da Geografia Clássica ou Tradicional, que teve na obra de La Blache um grande marco, que por sua vez influenciou muitos estudos regionais em todo o globo, ao pensar principalmente a presença do homem nas análises sobre as regiões, além da noção de gênero de vida, região natural, e também a região geográfica, esta muito abordada posteriormente por grandes geógrafos como Alfred Hettner e Richard Hartshorne. Para Capel (1985, p.338): “[...] ao pôr ênfase na região, os geógrafos adotaram uma estratégia particularmente frutífera”. De modo que através do método regional encabeçado por La Blache e posteriormente adotado e aprimorado por Hettner e Hartshorne este enraizou com muito sucesso pelas respectivas escolas da Geografia da época.

Conforme destaca Teixeira (1996), o período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por profundas transformações na geopolítica global, que redefiniram as relações de poder e as dinâmicas espaciais observando-se a partir de então a consolidação de uma nova ordem internacional, caracterizada pela expansão acelerada do sistema capitalista e pelo declínio dos impérios coloniais. Esses processos, interligados e interdependentes, não apenas reconfiguraram as estruturas políticas e econômicas, mas também impactaram significativamente as formas espaciais até então vigentes, criadas e organizadas pelo homem. Neste cenário adentra-se a chamada “crise da Geografia Tradicional⁶”, que para o autor: “[...] enseja a busca de novos caminhos, era necessário buscar novamente o significado da Geografia e o seu objeto” (Teixeira, 1996, p.88).

Menezes (2015, p.349), sobre a crise na Geografia Tradicional, dadas as novas dinâmicas espaciais globais, discorre que: “[...] as formulações teóricas e as técnicas tradicionais não eram suficientemente capazes para explicar a complexidade da organização do espaço e da realidade social que se apresentava”. Essa afirmação evidencia as limitações dos paradigmas teóricos e metodológicos da Geografia tradicional diante das transformações socioespaciais emergentes, especialmente no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. A crescente complexidade das relações entre sociedade e espaço, impulsionada por processos como a urbanização acelerada, a industrialização e a globalização,

⁶ “[...] As transformações que ocorreram no interior da geografia, a partir de meados do século XX, tornaram as fragilidades metodológicas e conceituais de sua formação científica mais visíveis e comprometeram, definitivamente, a unidade conseguida desde o início do século por meio da geografia regional” (Godoy, 2010, p.150).

demandava a construção de novas abordagens analíticas, fundamentadas em perspectivas teóricas e métodos que transcendessem as limitações das abordagens tradicionais.

Com a repentina crise da Geografia tradicional, constitui-se uma nova fase no pensamento geográfico, a qual se estrutura e apresenta novas bases teórico metodológicas baseadas principalmente em fins estatísticos e matemáticos principalmente a partir da década de 1950, a chamada Nova Geografia, que para Guelke (1982, p.213): “[...] a ascensão da Nova Geografia, em sua ênfase nas relações espaciais, e o seu uso dos métodos estatísticos coincidiu com o declínio na importância os estudos regionais”. Deste modo, é possível discutir que, com a necessidade de uma abordagem e método mais científico nos estudos geográficos, marca-se uma nova abordagem na Geografia, onde a constituição da descrição das regiões e das paisagens não lhe forneceriam necessariamente um objeto de estudo.

Quanto ao conceito de região nesta respectiva fase, este não teria o papel protagonista que lhe era dado na fase anterior, cabendo-lhe a utilização quanto a um método de classificação e fragmentação socioespacial baseado em dados matemáticos e estatísticos. Assim, para Carvalho (2002, p.141):

À região é reservada um caráter de classificação, agrupamento, subsidiada por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório, e por uma linguagem mais burocrática e rica, amparada pelas grandes teorias e em dados estatísticos, por conseguinte, afastada do trabalho de campo. Daí surge a possibilidade de classificar as regiões em homogêneas, funcionais ou polarizadas, administrativas de forma sistemática. Constroem-se regiões cristalizadas no tempo e no espaço. Na aparência as formas técnicas de abordagem são renovadas e mais eloquentes, bem próprias e de uma ciência moderna, embora, na essência, seu discurso revela-se pobre e conservador (**grifos nossos**).

A Nova Geografia, inserida no campo da Geografia Moderna, caracterizou-se por adotar uma abordagem fundamentada em uma tecnologia geográfica, que fazia amplo uso de dados estatísticos e diagnósticos estruturados em contrapartida aos estudos de síntese e dos lugares (regionais). Que nesta fase compreendem a uma região baseada em critérios principalmente estatísticos e matemáticos (ex: regiões funcionais, polarizadas e nodais). Essa metodologia tornou-se uma ferramenta essencial para a tomada de decisões tanto por parte de empresas quanto de Estados, contribuindo para a racionalização e planejamento de ações em diversas escalas. No entanto, essa fase do pensamento geográfico foi alvo de críticas por parte de muitos geógrafos, que argumentavam que esta legitimava e reforçava a expansão das relações capitalistas, servindo como um instrumento de consolidação das classes dominantes (SAHR, 2006).

O que na compreensão de Godoy (2010), justamente por desenvolver uma geografia em prol do desenvolvimento capitalista e, portanto, um discurso em defesa dos interesses da burguesia, a nova Geografia é tratada duramente a partir de novas abordagens e influências de um pensamento geográfico por sua vez questionava a neutralidade científica da Nova Geografia e apontava para a necessidade de uma análise mais crítica e engajada, capaz de desvelar as contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista. Que no decorrer da sistematização da Geografia, tais manifestações resultam na consolidação da corrente de pensamento posterior, empreendida entre as décadas de 1950 a 1970, a então “Geografia Crítica Marxista”, uma nova abordagem, fundamentada principalmente no materialismo histórico dialético, onde o conceito de região baseava-se principalmente na teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Como contextualiza Gomes (1995, p.65): “[...] Esta corrente crítica, conhecida como geografia radical, argumentava que a diferenciação do espaço se deve, antes de mais nada, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos”. O que de acordo com Costa e Rocha (2010, p. 37): “[...] A influência do Marxismo significou uma nova orientação na prática política dos geógrafos, que buscaram romper com a neutralidade pregada pelo positivismo e se envolver mais em propostas de mudanças sociais”.

Quanto a abordagem do conceito de região, mediante as influências da teoria marxista, Santos (2015, p.51), discute que: “[...] o conceito de região também passou a ser discutido pelos adeptos desta corrente, sendo que os estudos passaram a ter como referência as relações sociais e econômicas conflituosas estabelecidas pela sociedade”. Tal entendimento é também reiterado por Amorim (2007, p.10), quando este aponta que: “[...] a Geografia crítica, a partir dos anos 70 usa o conceito de região para entender o desenvolvimento desigual de porções do território”.

A partir da chamada "geografia crítica" (que incorpora as premissas do materialismo dialético e histórico), alguns geógrafos propõem **um novo conceito de região, capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens**, ao longo da História, em um determinado espaço. Para estes geógrafos, a organização espacial sempre se constitui em uma categoria social, fruto do trabalho humano e da forma dos homens se relacionarem entre si e com a natureza. Partindo desse quadro teórico, **definem "região" como a categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, em uma totalidade: assim, a região configura um espaço particular numa determinada organização social mais ampla, com a qual se articula** (AMADO, 1990, p.08, grifo nosso).

Partindo das evidenciações acerca do conceito de região na Geografia Crítica Marxista, este esteve diretamente ligado a definição de uma região baseada nos critérios acerca das relações humanas, às contradições históricas, e a divisão internacional do trabalho (ex: regiões homogêneas, concentradas e produtivas). Diferentemente da abordagem quantitativa da Nova Geografia, a Geografia Crítica

Marxista entende a região como uma categoria social construída sob diferentes processos históricos, que expressam as singularidades e especificidades de um espaço dentro de uma totalidade mais ampla (território). Nessa perspectiva, a região não é vista apenas como um recorte estatístico ou funcional, mas como um espaço dinâmico e dialético, moldado pelas interações da sociedade, suas relações de produção e a conexão com a natureza. Assim, a região passa a ser compreendida como um reflexo das estruturas sociais e econômicas, revelando as desigualdades, conflitos e transformações inerentes ao modo de produção capitalista.

A chamada Geografia Humanista⁷ e cultural, é marcada pela presença do humanismo e do conceito de espaço vivido, assim, como uma nova fase do pensamento geográfico, posterior a abordagem crítica, buscou principalmente resgatar no passado da disciplina conceitos importantes que lhe contribuíssem em uma análise ainda mais profunda, um destes exemplos partem da busca pela noção de região. Nesta fase a região fora vista como um espaço carregado de significados subjetivos e experiências individuais e coletivas. Em vez de se concentrar apenas em características físicas ou econômicas, a ênfase recai sobre as percepções, sentimentos e narrativas das pessoas que vivem na região (GOMES, 1995).

Para Carvalho (2002, p.145), como parte das contribuições, ao entendimento da região na Geografia humanista se dá: “[...] a valorização dos conceitos ligados à cultura dos homens [que] levou à compreensão dos sentimentos que os mesmos têm de pertencer a uma determinada região e não a outra, ou seja, levou a entender a dimensão simbólica da identidade regional”.

Ainda sobre esta corrente de pensamento, o geógrafo Paulo Cesar da Costa Gomes discute que:

Novamente, a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região é preciso viver a região (GOMES, 1995, p.67).

Analisando tais apontamentos, a noção de região embora resgatada na Geografia Humanista, obtém novamente novos valores, a considerar principalmente a delimitação de áreas da superfície terrestre mediante o critério do espaço vivido, desta forma percebe-se uma modificação quanto as definições que anteriormente apresentavam-se mediante o critério socioespacial e socioeconômico

⁷ A Geografia Humanística foi a outra forma de reação à objetividade, à quantificação, à racionalização e à generalização. Considerada também antipositivista, deu primazia aos interesses do indivíduo, e não das classes, aos aspectos dos significados, dos valores e ações humanas, abordando-os a partir da experiência cotidiana dos homens (BARBOSA; PACÍFICO, 2017, p.40).

perante a divisão social do trabalho. Por fim, a discussão acerca da questão regional, torna-se atual, na realidade da pós-modernidade, principalmente a se considerar as múltiplas abordagens que permeiam a dinâmica do capital global e a presença das homogeneidades espaciais, o conceito de região novamente ressurgiu perante a adoção de unidades administrativas e como ferramentas dos estados para a implementação de ações que visam a gestão e controle dos territórios, marcando também um embate frente a apropriação do conceito de território.

Com isso, Gomes (1995), reitera que os recortes regionais atuais são variados, complexos e mutáveis, mas aceitar todos esses recortes como regiões pode reduzir o conceito a uma noção comum que simplesmente localiza e delimita fenômenos diversos, perdendo seu conteúdo explicativo. Portanto, a região deve fundamentar uma reflexão política territorial, representando comunidades de interesse e discutindo a autonomia frente a um poder central, esses elementos devem ser parte da nova definição, ao invés de aderir ao senso comum que pode conseqüentemente obscurecer o seu fundamento político.

Este processo que remete à uma sistematização do conhecimento geográfico, então denominado de “morte e vida” da região, é expressa por Haesbaert em “Regional Global”, ao apontar que: “[...] podemos delimitar três grandes momentos em que se decretou a “morte” da região em Geografia, o neopositivismo, o marxismo e, na falta de expressão melhor, o “globalismo pós-moderno” (HAESBAERT, 2010a, p.39).

Principalmente a partir do Pós-Guerra, entre o final do século XX e início do século XXI, a região ganha novas abordagens, principalmente a ser vista pelos estados como uma ferramenta útil ao desenvolvimento e à redução das desigualdades (BENKO, 1999). A região, neste entendimento, além de ter a sua existência por si só, pelas próprias características fisiográficas dos espaços, também é vista como uma criação intelectual. Essa nova concepção remete novamente a uma revitalização conceitual, tida por Santos (1994), como uma tarefa do geógrafo, perante a necessidade intelectual da atualização dos conceitos.

Desta forma, a seção seguinte direciona seus apontamentos justamente para pensar a região como um meio, ou conforme denominada por Haesbaert (2010b, p.07): “[...] arte-fato” (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política”. Assim, considerando sua abordagem teórica, constituída ao longo das diferentes fases do pensamento geográfico, a região vincula-se a novos direcionamentos. Conforme destaca Haesbaert (2010b), ao discutir que pensar em região implica, antes de tudo, refletir sobre os processos de regionalização. Dessa forma, o conceito de região é direcionado para uma relação prática, funcionando como uma ferramenta dos Estados e governos por meio de operacionalizações geográficas ou recortes

espaciais (regionalizações). Essa perspectiva reforça a ideia de que a região não é apenas uma categoria teórica, mas também um instrumento de ação política e planejamento, utilizado para organizar e administrar o espaço de acordo com interesses ou critérios específicos.

A RENOVAÇÃO DO CONCEITO REGIÃO PERANTE AS NOVAS POLÍTICAS TERRITORIAIS DO SÉCULO XXI

Como apontado, a discussão quanto a abordagem do conceito de região, ganha uma nova roupagem a partir das novas realidades globais, entre o fim do século XX e respectivo começo do século XXI, na chamada pós-modernidade, a Geografia caminha por novas especificidades, onde as dinâmicas socioespaciais são regidas por uma nova ordem de poder social e econômico, que se estende por toda a superfície terrestre. Com a respectiva nova dinâmica do espaço geográfico, marcada principalmente pela intensificação das relações entre tecnologia, ciência e informação, esta por sua vez responsável por influenciar nas novas práticas espaciais dos homens, no qual o aprimoramento da técnica pelas novas particularidades mundiais proporciona a sociedade novas formas de apropriação da natureza e sua respectiva transformação (SANTOS, 1999).

Considerando a nova dinâmica e a necessidade da renovação e novas abordagens dos conceitos, como anteriormente tratado pela professora Sandra Lencioni (2008), com a evidência desta nova realidade global, necessariamente a abordagem teórica conceitual da Geografia carece acompanhar as novas dinâmicas espaciais do mundo no século XXI, e é justamente o que acontece com o conceito de região ao considerar uma chamada (re)-novação conceitual, conforme citam Martins e Campos (2020, p.135): “[...]o que acontece diretamente com o conceito de região que, perde algumas de suas ordenadas explicativas e ganha outras ligadas às dinâmicas do espaço-tempo atual”. Tal percepção é também aceita por Brito (2008, p.76), quando este aponta que a partir das novas realidades do século XXI: “[...] os espaços regionais entram na ordem global com funções específicas, determinadas por meio de ordens distantes, e, a partir de cada nova onda de “modernizações” que se realizam no regional, as modificações/ fragmentações são iminentes.

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja a partir de dinâmicas espaço-temporais efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais – ou, em outras palavras, fundadas numa “regionalidade” vista para além de mera propriedade teórica de definição do regional (HAESBAERT, 2010b, p.06).

Assim, uma nova abordagem para o conceito de região é vista, partindo do ponto da região como ferramenta político-administrativa, ao se enfatizar os processos de regionalização como elementos fundamentais para se entender como o espaço geográfico é organizado, transformado e sobretudo administrado, especialmente no conceito dos territórios dos estados no século XXI, os quais são tidos não apenas como fragmentações ou recortes espaciais em si, mas como delimitações encabeçadas por múltiplos fatores sejam eles de classes sociais, culturais, políticas ou econômicas. Neste sentido, a região é entendida por duas vias, seja como fato, existindo e refletindo as diversas realidades territoriais e identitárias, ou como uma ferramenta por meio das técnicas de regionalização, sendo explorada pelos governos nos diferentes processos que envolvem a organização, o planejamento e a gestão dos territórios.

Ao apontar inicialmente para a discussão quanto a regionalização como um fato, inteiramente ligada à sua abordagem por meio da região, Ribeiro (2015, p.195), defende que esta: “[...] encontra-se vinculada aos jogos dinâmicos da disputa de poder, inscritos nas diferentes formas de apropriação (construção e uso) do território”. Posto isso, enxerga-se a região enquanto uma parte integrante de um todo maior, representando a subdivisão de um espaço em áreas menores por meio dos processos de regionalização, de modo que os espaços a serem fragmentados possuem necessariamente uma característica própria que os define e caracteriza-os anteriormente a um exercício intelectual.

Perante a abordagem da região como fato, Corrêa (1986, p.28-29), também argumenta que esta: “[...] assim concebida é considerada uma entidade concreta, palpável, um dado com vida, supondo, portanto, uma evolução e um estágio de equilíbrio”. A luz deste entendimento, compreende-se que a região em si exista, embora não necessite de um processo intelectual, também está integrada a este, tal processo decorre em função da especificação dos critérios que podem delimitar uma regionalização mediante um aspecto regionalizador.

Para o autor Charles Benko, em “Ciência Regional” (1999, p.10), a adoção da região enquanto ferramenta para o processo de planejamento, organização e gestão territorial, parte do que é denominada por ele de uma: “[...] tomada de consciência dos dirigentes e da opinião pública relativamente às disparidades econômicas regionais e aos perigos sociais e políticos que tais disparidades provocam”. Essa compreensão do conceito de região enquanto ferramenta dos estados é também apresentada por Roberto Lobato Corrêa, em “Região e Organização espacial”, quando este afirma que:

O conceito de região tem sido largamente empregado para fins de ação e controle. Mais precisamente, no decorrer da prática política e econômica de uma sociedade de classes, que por sua própria natureza implica a existência de formas diversas de controle exercido pela

classe dominante, utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subseqüentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante (CORRÊA, 2003, p.25).

Tal explicação, de utilizar-se das regionalizações ou do próprio conceito de região como ferramenta, é ainda discutida por Ribeiro (2015), a partir das considerações que a autora faz perante a atual conjuntura global, marcada de inovações e transformações, que remetem a necessidade de um planejamento estatal ainda mais eficaz, sendo esta uma meta política dos estados, que tem nas regionalizações uma ferramenta estratégica e útil no contexto da busca pelo desenvolvimento, sendo dessa forma que a regionalização explica a sua utilização pelos “agentes econômicos hegemônicos”.

Limonad (2015, p.58), defende que: “[...] uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional”. Desta forma, ao definir-se como fato e ferramenta, a região bem como os processos de regionalização, tornam-se propriamente elementos geográficos, principalmente ao considerar os diferentes aspectos e critérios em que estes são constituídos, dos quais podem partir tanto de fatores naturais ou sociais.

Para Haesabert (2010a), compreender a região e as regionalizações, enquanto meios da intervenção estatal, das quais se apresentam como caminhos para a redução de desigualdades socioeconômicas ou resolução de problemáticas socioambientais, implica em não apenas conhecer a abordagem geográfica destes conceitos, mas também na percepção de que as políticas públicas estatais precisam ser formuladas e implementadas considerando as particularidades e especificidades de cada região. Isso inclui a compreensão das dinâmicas locais, os recursos disponíveis, as necessidades da população e as potencialidades econômicas e ambientais, permitindo assim uma visão que transcende este conceito para uma região geográfica, enquanto ferramenta de ação e controle.

Assim, a região por meio dos processos de regionalização na atual realidade avança de categoria presente na teoria da ciência geográfica a uma aplicação prática, ao se apresentar como alternativa no campo do planejamento regional, embora não perca a sua respectiva relevância nas discussões conceituais da Geografia. Assim, a respectiva aplicação das técnicas de regionalização, balizadas como produtos da região, iniciada principalmente ao final do século XX, emprega para este conceito uma revitalização, que possibilita o próprio desenvolvimento regional e os resultados de dados que proporcionam a aplicação de políticas públicas de estado, assim, conforme se apresentou. Dessarte, a região, operacionalizada geograficamente no espaço, principalmente através das regionalizações, pode ser entendida tanto como uma entidade concreta quanto como um meio, artifício ou ferramenta de

ação. Dessa forma, ela integra aspectos materiais e instrumentais, embora existam diferentes concepções sobre sua natureza e função. Cada abordagem, como discutido, trabalha os aspectos da região de acordo com seus próprios direcionamentos sejam eles teóricos e/ou práticos.

Portanto, dada a respectiva importância da região enquanto conceito-chave da Geografia, apresentado o seu contexto histórico, suas diferentes definições e abordagens, é possível estabelecer uma compreensão que como conceito, está diretamente ligado as diferentes relações que decorrem da interação entre a sociedade e a natureza, cabendo a Geografia, especificamente aos geógrafos estudarem-na, delimitarem-na e produzirem-na a partir das necessidades em que se apresentam as múltiplas exigências da sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as discussões apresentadas neste trabalho, acerca do percorrer epistemológico da região na ciência geográfica, é de fato compreensível a alternância em que este conceito por momentos apresenta-se em evidência, já em outros coloca-se em uma posição menos enfática, cabe ressaltar que esta transição de protagonismos lhe rende até os dias atuais uma certa complexidade, todavia, cabe ao geógrafo buscar o seu entendimento e sua aplicabilidade, para o rompimento de paradigmas que ainda se entrelaçam nas bases que fundamentam a Geografia.

A região como um conceito que embora também é utilizado por outras ciências, dado o seu próprio percorrer e trajetória filosófica e epistemológica é mais particular a Geografia, tal apropriação como visto decorre desde os primeiros processos de sistematização científica da Geografia, com isso a sua importância para os estudos geográficos é tanto no tempo pretérito bem como na contemporaneidade significativa, ao se permitir uma ampliação das análises socioespaciais com base na fragmentação e delimitação do espaço geográfico, permitindo assim uma maior aproximação das percepções quanto aos aspectos, fatores e fenômenos que se apresentam.

A discussão elaborada também evidencia um movimento que cabe ao conceito de região e que lhe proporciona conseqüentemente um certo resgate conceitual no decorrer da sistematização do pensamento geográfico, visto principalmente em função de sua flexibilidade em acompanhar as dinâmicas e as transformações que decorrem na sociedade, embora tomado por momentos como apenas um elemento de apoio, a região sempre ressurgue possuindo cada vez mais uma nova forma de enxergar e de delimitar os espaços perante as suas distintas formas e especificidades, com isso a região revive e se estabelece como um conceito usual e necessário.

Considerando também as atuais dinâmicas globais, onde a influência hegemônica do capital reside em conformidade com as dinâmicas locais por meio das homogeneidades culturais, o papel das regiões é também de grande valia, do qual este decorre principalmente em razão das novas competências que os processos de regionalização se apropriam, assim, fornecendo ao conceito de região um novo direcionamento, se aplicando este principalmente aos interesses que emergem nas novas políticas territoriais do século XXI, no qual os estados e governos tem na região e nas regionalizações meios para planejar e assegurar caminhos para estabelecer um desenvolvimento econômico além do fortalecimento das características identitárias nos territórios.

Assim, ao consolidar as abordagens que a região pode albergar, a presente discussão resgata um conceito que é fundamental a percepção e a própria análise do espaço geográfico, que na Geografia ao decorrer de sua sistematização é frequente nos debates teóricos, seja de uma forma mais preponderante ou lacônica, e que dadas as novas dimensões atuais ultrapassa tais limites, sendo tratada também sob a luz de uma aplicação prática, mediante a necessidade de delimitações e políticas que buscam assimilar e organizar determinados espaços e territórios. Dessa forma, ao discutir tais avanços, vistos sob essa relação, a característica principal que diferencia o presente estado da arte, parte da elucidação quanto aos caminhos nos quais o conceito de região transita tendo sido expostos a partir da apresentação de sua relevância tanto no campo teórico como prático principalmente no contexto da pós-modernidade.

Destarte, esta discussão conclui que se torna notória a importância dos debates sobre o conceito de região em decorrência de sua presença no percorrer epistêmico do pensamento geográfico, com isso pode se considerar que a região, no tempo presente, está mais viva, pois se torna frequente elemento presente nos discursos, não apenas restritos a Geografia, mas também ao próprio debate público, e é por essa razão que a Geografia deve demonstrar a sua apropriação conceitual da região, contribuindo assim com os diferentes processos que decorrem e que permeiam a sociedade contemporânea.

AGRADECIMENTOS

Os autores expressam seu agradecimento à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa CAPES Demanda Social - DS. Estendendo, ainda, tais agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPI e ao Grupo de Pesquisa Geopolítica, Capitalismo e Natureza desta instituição pelo apoio e direcionamentos prestados.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, M. A. **República em Migalhas**: História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- AMORIM, C. C. Discutindo o Conceito de Região. **Revista Estação Científica Online**. Juiz de Fora, n. 04, abr./mai. 2007.
- BARBOSA, A. C.; PACÍFICO, A. G. Perspectivas da região: escolas, saberes e tendências. In: PACÍFICO, A. G.; ASADA, A. H.; BARBOSA, A. C.; SANTOS, A. P.; SILVA, A. C. P.; MARTINS, L. **A Teoria da Região**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2017. v. único, cap. 2, p. 29-46.
- BENKO, G. **A ciência regional**. Tradução de Antônio Gonçalves: Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BRITO, T. M. A. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEographia**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 20, p. 74-105, 2008. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/4xfijkawtfbvveacvregbe4az4/access/wayback/http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13563/8763> Acesso em: 16 de ago. 2024.
- CARVALHO, G. L. Região: a evolução de uma categoria de análise da geografia. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 22, n. 1, p. 6, 2002. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4785613.pdf> Acesso em: 14 de ago. 2024.
- CAPEL, H. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1985.
- CORREA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um Conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.15-47.
- CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2003.
- COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. Geografia – conceitos e paradigmas: apontamentos preliminares. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 25-56, 2 sem. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/geomae/article/view/5756> Acesso em: 15 de ago. 2024.
- GODOY, P. R. T. **História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.
- GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2000.
- GUELKE, L. Geografia Regional. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- HAESBAERT, R. **Região, diversidade territorial e globalização**. Niterói: DEGEO/UFF, 1999.
- HAESBAERT, R. **Regional Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.
- HAESBAERT, R. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Antares-Letras e Humanidades**, p. 2-24, 2010b. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/416> Acesso em: 15 de ago. 2024.
- LENCIONI, S. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (Org). In: **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

- LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098> Acesso em: 16 de ago. 2024.
- LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Max Lomonad/CNPQ, 2015. 54-66.
- MARTINS, G. I.; CAMPOS, N. L. Do Fato ao Artefato: A região e o regional nas análises geográficas do mundo contemporâneo. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 133-154, 2020. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/pi3ism6uqzf7xp4dgfob43o3b4/access/wayback/https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/download/7557/pdf> Acesso em: 17 de ago. 2024.
- MENEZES, V. S. A historiografia da Geografia acadêmica e escolar: uma relação de (des) encontros. **Geographia Meridionalis**, v. 1, n. 2, p. 343-362, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Geographis/article/view/6188> Acesso em: 29 de jan. 2025.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MORAES, A. C. R. **A Gênese da Geografia Moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 9ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 21ª.ed. São Paulo: Annablume, 2007. 152p.
- MOUGEOT, L. J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura urbana**, v. 1, n. 1, p. 01-08, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7968502/mod_resource/content/1/%28AULA%2010%20T23%29%20MOUGEOT.%20Revista%20de%20Agricultura%20Urbana%20n%C2%BA%201%20-%20Conceito%20e%20definic%C3%A7%C3%83es.pdf Acesso em: 16 de ago. 2024.
- OLIVEIRA JUNIOR, J. S. Um panorâma sobre a trajetória da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar. **Caminhos de Geografia**, v. 21, n. 74, p. 178-193, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/50096/> Acesso em: 15 de ago. 2024.
- PAVIANI, O. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 22, n. 43/44, p. 368-374, 1992.
- POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato ou ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Max Lomonad/CNPQ, 2015. 194-212.
- SAHR, W. D. Geografia crítica ou Geografia propositiva? Reflexões sobre conceitos e categorias geográficas na educação básica do Paraná. In: **Encontro sobre o saber escolar e o Conhecimento Geográfico**, n.2., 2006, Ponta Grossa. Boletim de resumos. Ponta Grossa: UEPG, 2006. p. 27-34.
- SANTOS, C. A. **A Região em Análise: a política e a igreja no processo de colonização de Nova Andradina-MS**. 2015. 218 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMS, Três Lagoas - MG, 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMS_0b21de900cae1206a42172646dccee5. Acesso em: 15 de ago. 2024.
- SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 5-20, 1999. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7611596/mod_resource/content/1/Modo%20de%20Producao%20Tecnico%20Cient%20%C3%ADfco%20e%20Diferencia%C3%A7%C3%A3o%20Espacial.pdf Acesso em: 17 de ago. 2024.

SAUER, C. E.; PINTO, R. C. **Sociedade, natureza e espaço geográfico**. Editora Intersaberes, 2024.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 16 de ago. 2024.

SUERTEGARAY, D. M. A. A subordinação que recria e reinventa a natureza. Texto de exposição realizada na mesa-redonda "Perspectiva da Geografia Latino-Americana no Século XXI", como parte da programação do **X Encontro dos Geógrafos da América Latina (EGAL)**. São Paulo: USP, 2005, 12p.

TEIXEIRA, J. C. A nova Geografia. **Formação (Online)**, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/download/2435/2191> Acesso em: 28 de jan. 2025.